GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

# Intervenção do Ministro da Defesa Nacional

José Pedro Aguiar-Branco

## Cerimónia do Dia do Exército

Lamego, 27 de outubro de 2013

*Só são válidas as palavras proferidas pelo orador*

Uma primeira palavra para quem nos recebe: Lamego e as pessoas de Lamego.

Não apenas por acolherem estas comemorações do Dia do Exército, mas por nos receberem desde 1839.

Há poucas terras em Portugal onde a sua história se confunde com a história dos soldados a quem dão guarida. Lamego é uma desses casos.

Acresce que no Exército e na Defesa Nacional, Lamego não é, apenas, o nome de um Concelho. É, também, o nome com o qual se qualificam os mais valentes dos valentes.

Falamos do Centro de Tropas de Operações Especiais e logo nos dizem: sim, os Rangers de Lamego.

Neste simplificar de linguagem, estou certo, honra-se Lamego e as suas gentes.
Muito obrigado.

Minhas senhoras e meus senhores,

Quer a história que o dia do Exército se comemore, anualmente, em vésperas da discussão do Orçamento do Estado.

Um facto que ganha especial importância num tempo em que o Ministro da Defesa Nacional é obrigado a ser, também, ministro das Finanças.

Em que todos os Chefes Militares são obrigados a ser, também, ministros das Finanças.

Em que todos os comandantes de unidades e soldados são obrigados a ser ministros das Finanças.

Um imperativo patriótico que se impõe a cada um de nós quando isso é condição para se restaurar a soberania financeira e vencer a batalha do desequilíbrio das contas públicas.

Sabíamos, em 2011, os enormes desafios que tínhamos pela frente.

A crise económica e o memorando de assistência financeira colocaram novas questões, novos problemas para as condições da segurança e da defesa do nosso país, algumas delas com impacto na coesão e na moral militar.

Realidade que impunha uma rápida e corajosa definição das prioridades a assumir de forma a manter a operacionalidade das Forças Armadas e a defesa dos interesses do nosso país.

Foi isso que fizemos.

Nos últimos dois anos tomámos inúmeras medidas de emergência. Os chamados ajustamentos imediatos. Se quisermos, em linguagem mais coloquial: cortes.

Cortámos… todos nesta tribuna sabem que assim foi, até porque tive de discutir, medida a medida, com muitos dos que hoje aqui estão.

Cortámos nos contratos de reequipamento. Nas Forças Nacionais Destacadas, no número de exercícios praticados e nos meios mobilizados para o efeito. Cortámos nas despesas e nos custos do Ministério da Defesa Nacional.

Cortámos em quase tudo, mas... não faltou um salário. Não faltou, por pagar, um complemento de pensão, mesmo sem ser possível vender o património que deve legalmente sustentar o fundo de pensões. Porque era isso que estava em causa há dois anos atrás. Não haver sequer dinheiro para pagar a contrapartida do trabalho de cada um ou a assistência médica ou apoio social a cada um devida.

E apesar das dificuldades conseguimos, ainda, desbloquear as promoções congeladas pelo anterior governo. Manter as isenções fiscais para os deficientes das Forças Armadas. Resolver o problema da transição para a nova tabela remuneratória que ameaçava acarretar encargos seríssimos para todos soldados.

Fizemos tudo isto, sem nunca colocar em risco a operacionalidade das Forças Armadas Portuguesas.

Nestes dois anos tomámos medidas que permitiram libertar o erário público de despesas presentes e futuras superiores a 1.300 Milhões de Euros.

Foi este o contributo da Defesa Nacional e das Forças Armadas Portuguesas para o compromisso, assumido por Portugal, de reduzir o défice e equilibrar as contas públicas.

Um contributo que honra cada militar, que constitui mais um testemunho do sentido de serviço que orienta a sua vida e que é expressão superior do sentimento patriótico que sela o juramento feito perante a bandeira nacional!

Mas sabíamos que estes cortes nunca poderiam ser um fim em si mesmo.

Foram quase sempre notícia mas nunca um fim em si mesmo. O que nem sempre foi notícia foi um outro trabalho que assumimos desde o primeiro dia que chegámos ao Ministério da Defesa Nacional.

Um trabalho de fundo para a optimização dos recursos mas sobretudo para o aumento da eficiência da estrutura da Defesa Nacional.

Medidas estruturais que vão perdurar para além desta legislatura.

Refiro-me, por exemplo, ao Hospital das Forças Armadas. A fusão das três unidades hospitalares militares existentes, um marco histórico da acção

conjunta dos três ramos e que representará um melhor sistema de saúde para todos os militares.

Estamos, ainda, a reestruturar o sector empresarial da Defesa.

Não faz sentido que o estado concorra, com prejuízo, com a economia privada que hoje tanto queremos estimular.

E faz ainda menos sentido que empresas públicas, com actividades que são na prática privadas, concorram com as próprias Forças Armadas na repartição das verbas no Orçamento do Estado.

Este o sentido orientador de uma acção reformadora.

Sempre disse que a minha prioridade são os soldados.

Como ministro da Defesa Nacional dispenso ser accionista de empresas. Dispenso ter que nomear administradores.

Muitos confundiram estas medidas estruturais, também, como cortes. Não são. Nunca foram!

São opções estratégicas para preservar a Defesa Nacional como um valor maior da afirmação soberana do nosso país e que estão consagradas na reforma que estamos concretizar, denominada Defesa 2020

Provavelmente a medida, dos últimos anos, com maior impacto para o futuro das Forças Armadas Portuguesas.

Uma reforma que tem por objectivo definir, nos próximos anos, um quadro orçamental estável para a Defesa Nacional e permitir um planeamento adequado, a médio e longo prazo, das capacidades e dos meios à disposição das Forças Armadas.

E a verdade é que os resultados práticos desta reforma já começam a surgir.

O orçamento do Ministério da Defesa Nacional para 2014, aquele que foi apresentado há duas semanas na Assembleia da República, estava planeado desde o passado mês Abril, altura em que apresentámos a o documento da Reforma 2020.

Da mesma forma que já estão projectados, também, os orçamentos para os próximos anos.

Hoje todos nós sabemos, na Defesa Nacional, com muita mais certeza, como vai ser o dia de amanhã.

Um facto que, nestes tempos e nestas circunstâncias, é ainda mais relevante.

Foi este o percurso a que nos impusemos e que nos permite, agora, voltar a pensar na Defesa Nacional, para além das urgências, das emergências ou dos cortes.

Pensar e preparar as Forças Armadas que queremos ter para os próximos anos.

Soldados

Conheço as dificuldades. As mais exigentes, como o reequipamento necessário, e as que vos assolam na dureza do dia-a-dia.

Sei bem o que têm feito. Sei o que todos os dias precisam de fazer para que continuem a assegurar as missões que vos estão confiadas.

Dos teatros de operações, no exterior, de apoio à paz, combate ao terrorismo e ao narcotráfico, às milhares e milhares de horas empenhadas, no interior, nas missões de interesse público de apoio à protecção civil, à busca e salvamento e na melhoria da qualidade de vida das populações.

A vossa formação, a vossa determinação e os vossos valores, que são os de toda uma nação, permite-vos superar as situações mais difíceis.

E mesmo que não sirva de conforto, permitam-me um comentário sincero. As Forças Armadas são exemplares na resposta que estão a dar a uma das piores crises que o nosso país já viveu.

Escolhi bem o termo: exemplares. Porque deram, e continuam a dar, o exemplo.

O exemplo na forma como lidam com as dificuldades e mantêm a motivação para alcançar os objectivos estabelecidos.

O exemplo na forma como se conseguem adaptar e tirar o melhor partido dos recursos, agora mais escassos, de que podem dispor.

O exemplo na tenacidade, na coragem e na dignidade com que encararam estes últimos anos.

Nos seus séculos de história, o Exército sempre ensinou aos seus soldados que a dignidade não se hipoteca. A dignidade não se entrega como penhor.

Mais do que nunca, foi neste período que o Exército lembrou essa lição ao país. Assumir os deveres que a situação excepcional do país obriga, com o sentido de dignidade que é expressão de cidadania patriótica. E o país revê-se e orgulha-se do vosso exemplo.

Nos últimos dois anos cortámos, tomámos as medidas necessárias e iniciámos uma reforma estrutural de que é um bom exemplo o processo de concentração das Escolas Práticas do Exército, em Mafra.

Estou certo que no fim deste período crítico as Forças Armadas vão sair mais fortes, mais capazes e mais eficientes.

E se digo isto não é por vaidade. Bem pelo contrário. É num exercício de humildade.

Porque... o mérito é vosso.

Do vosso chefe militar...que soube sempre apresentar, com frontalidade e realismo, as soluções mais adequadas para os muitos problemas com que nos debatemos.

E, acima de tudo, ... dos milhares de homens e mulheres, oficiais, sargentos e praças que servem o país no Exército Português e que todos os dias, longe dos holofotes mediáticos mas perto da consciência do dever cumprido, trabalham, com o sentimento único da camaradagem, para ultrapassar todas as dificuldades com que Portugal se confronta.

É por termos o exemplo destes militares que Portugal vencerá!

DISSE